# POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a formação dos profissionais para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

**Luan Santos Oliveira**

**Resumo:** O presente estudo apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com ênfase na formação dos profissionais para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nessa direção, objetiva-se apresentar a formação continuada dos profissionais de educação como decisiva para a política de inclusão de pessoas com TEA. Para isso, utilizou-se abordagem bibliográfica com caráter qualitativo para compreensão e análise dos dados. Nesse panorama, considera-se a formação continuada relevante perante ao cenário de desigualdade e discriminação vivenciados pela população na atualidade.

**Palavras-chave:** TEA. Inclusão. Educadores.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo "A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva", documento elaborado pelo Ministério da Educação em 2007. Em destaque, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - Lei nº 12.764 de 2012 garante a liberdade ao acesso a serviços sociais, e principalmente o direito à educação, no que compete à inclusão no ensino regular.

Esta pesquisa inicia-se pela contextualização do cenário educativo com foco na percepção e conhecimentos sobre Autismo de professores das redes regulares presente na literatura apresentada, onde são pontuados os desafios na inclusão do público. Em seguida, avalia-se a formação continuada dos profissionais como importante mecanismo de inclusão do estudante, conforme objetiva a perspectiva da política educacional. E finaliza ressaltando a importância do espaço escolar e da formação para o desenvolvimento do público.

Dado o contexto diverso de públicos que compõem o meio social e o preceito da equidade advindo dessa perspectiva, evidencia-se que todos têm direito a educação de qualidade e a inclusão. Entretanto, nem todos os ambientes educacionais estão preparados para a inclusão das pessoas com TEA. E é nesse panorama que se propaga a importância da formação continuada para o corpo docente, segundo os preceitos da educação inclusiva.

## PROBLEMA, QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por dificuldades na interação social e comunicativas do sujeito - um transtorno amplamente discutido na contemporaneidade. Pelo fato de a pessoa com Autismo apresentar dificuldades em sua integração social, e, principalmente, por haver apresentações múltiplas do Espectro Autista, esse sujeito se torna excluído, a começar pelo âmbito escolar, implicando na segregação no mercado de trabalho e demais setores sociais. Diante disso, o problema levantado nesta pesquisa bibliográfica é saber: qual o cenário da formação de

profissionais da educação para a inclusão de alunos com TEA? Pois, afinal, a escola regular é um ambiente privilegiado para o desenvolvimento global de uma pessoa.

O objetivo geral do estudo é apresentar a formação continuada dos profissionais de educação como decisiva para a política de inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, adota-se os seguintes objetivos específicos: expor o cenário da formação na área da educação inclusiva frente à política educacional com ênfase no TEA e discutir o atual processo de inclusão do público no ensino regular; e avaliar a questão da formação continuada como decisiva nessa ação.

A razão profissional direcionada é a inclusão de grupos especiais na escola. Estes, por sua vez, não são totalmente inseridos nos espaços sociais, principalmente na escola e no mercado de trabalho. À vista disso, percebemos a demanda de debate científico que a comunidade precisa sobre os obstáculos que dificultam a inserção de cidadãos autista. Dessa forma, acredita-se que a pesquisa sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) contribui para ampliar o conhecimento inicial na área acerca da conscientização de profissionais da educação no ensino regular, sob a perspectiva da inclusão deste público no ambiente educacional.

A relevância acadêmica desse estudo pretende reafirmar a necessidade da compreensão e aceitação da diversidade de pessoas, e busca contribuir na construção de um ambiente educacional mais focado nos princípios da equidade e igualdade. Outrossim, será fundamental para estudantes que cursam disciplinas de práticas pedagógicas ao lidar com a situação de inclusão de pessoas com autismo.

## METODOLOGIA

O presente trabalho trata de um estudo bibliográfico com precursores das discussões acerca das políticas educacionais para a inclusão com ênfase na formação continuada na rede regular e no atendimento ao público com TEA. Para isso, foram realizadas análises acerca das políticas para a inclusão no sistema educativo direcionado pelo orientador, momento em que perspectivas sobre a problemática são fecundadas. Em seguida, com a definição do objeto de estudo deste trabalho, são realizados debates sobre a definição do recorte da pesquisa a ser adotada.

As produções consultadas apresentam ênfase em análises de transtornos do neurodesenvolvimento; TEA; interação em pares; formação continuada; educação inclusiva, etc. Ressalta-se que estes representam apenas um aparato geral da bibliografia, não se tratando de uma seleção via indexadores e palavras-chave, pois os meios de pesquisa foram diversos e, em sua maioria, presentes nos campos da pedagogia e psicologia.

O corpo textual é estruturado conforme corroboração ou não dos autores para com a problemática deste trabalho. A consulta foi realizada por meio eletrônico em revistas, periódicos, legislação e artigos científicos, explorando as contribuições dos precursores como uma vantagem própria da pesquisa de cunho bibliográfico, com amplo acesso ao debate que se quer abordar (GIL, 2008).

## ANÁLISE DOS DADOS

Se por um lado os aparatos legais avançam e o TEA ganha visibilidade na mídia aberta, dentro do ambiente educacional predominam desafios para o desenvolvimento de uma sala de aula que respeite a diversidade e que acate processos de inclusão ao estudante com TEA. Em relação a percepção de professores sobre o Autismo, é notório o norteamento pautado por equívocos e despreparo profissional sobre como elaborar práticas ou mesmo dialogar com o aluno (CAMARGO; BOSA, 2009; FRANCO; RODRIGUES, 2019). O que resulta em estratégias e propostas pedagógicas que, longe de promover o desenvolvimento do estudante, os limitam dentro de comportamentos concebidos pelo senso comum, focando em atividades que os mantém "ocupados" em sala.

> Tal estratégia era utilizada mais como uma tentativa de "dominar" a própria ansiedade do que como uma prática pedagógica, calcada nas necessidades do aluno. Ideias preconcebidas e caricaturizadas sobre o autismo, principalmente a partir da mídia, influenciam as expectativas do professor sobre o desempenho de seus alunos, afetando a eficácia de suas ações quanto a promoção de habilidade. (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 69)

De fato, ao analisar a literatura acerca dos processos de inclusão de alunos com Autismo nas redes regulares, Camargo *et al* (2020) destaca a incipiência de estudos objetivando a análise de processos efetivos para inclusão. O mesmo cenário é constatado por Franco e Rodrigues (2019) ao indicarem a necessidade de verificação dos conhecimentos sobre TEA no âmbito da educação infantil, período fundamental para o desenvolvimento da criança com autismo.

As características gerais das pessoas com o transtorno autista incluem o desenvolvimento atípico da comunicação e interação social, bem como adoção de atividades repetitivas e dificuldades com ações fora do seu interesse de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5) em sua 5 edição. O desenvolvimento social promovido pela escola para esse público percorre um processo que vai além das simples integrações, carecendo de um olhar compreensivo do educador, como parte de uma reflexão crítica de sua prática.

### Os Desafios dos Profissionais da Educação: a desinformação sobre o TEA

Camargo *et al* (2020), ao realizar entrevistas com 19 professores de uma rede pública municipal, analisou que as maiores dificuldades na percepção dos professores quanto ao processo educativo de alunos com TEA se pautam em aspectos comportamentais referentes a situações na realização de atividades. Ainda identificam que, ao defrontar-se com a recusa do aluno, os professores descrevem quadros de agressividade, comportamentos desafiadores interpretados por eles como "qualidade pessoal de um aluno". Mesmo que a agressividade não seja fator predominante de pessoas com TEA, ela pode se apresentar em situações de insatisfação e incômodo (CAMARGO; BOSA, 2009), além de estereotipias características.

Entretanto, conforme estudado por Franco e Rodrigues (2019), com foco no conhecimento sobre características de TEA com profissionais da educação infantil, dos 170 participantes apenas 18 responderam corretamente sobre o conjunto típico do TEA. Além disso, ainda sobre os autores, foi identificado despreparo e indisposição para trabalhar com estudantes com o transtorno, de modo que a postura de uma minoria dos profissionais acatava a iniciativa de conhecer o estudante enquanto uma maioria optou pelo encaminhamento precoce aos centros de atendimento especializados.

> Este encaminhamento direto, sem contato com outros profissionais da escola ou com a família, é preocupante. Pode sugerir transferência de responsabilidade onde o aluno com alterações no desenvolvimento ou, ainda, com sinais de TEA, seja visto como um problema que o professor tenta se desfazer. (FRANCO; RODRIGUES, 2019, p. 508).

Nessa perspectiva, o desafio educacional para efetivação da proposta de inclusão para o público-alvo deste trabalho perpassa, diretamente, pela necessidade de formação que vai além da mera integração do estudante na sala de aula, ou a dependência dos profissionais especializados, os acompanhantes, dada a importância de promover a inclusão desse público.

## O Processo de Formação Continuada dos Profissionais na Perspectiva da Inclusão de Estudantes com TEA

Em muitos aspectos, idealizar um ambiente educacional para a convivência da pessoa Autista com os demais configura um ganho para o desenvolvimento de todos os agentes.

> É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que 8 aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para a vida. (FELÍCIO, 2007, p. 25 apud BARBOSA *et al*, 2013, p. 7).

Entretanto, considerando o contexto educacional em relação ao TEA, está entre os entraves de integração social e do desenvolvimento, dentro da perspectiva apresentada pelo autor, fatores como o da "exclusão" que ocorre entre os alunos em decorrência da falta de intervenção pedagógica. Restando às características sociais do estudante os lócus de debate e resistência, e deixando aos profissionais da educação especial a tarefa de ensinar o aluno fora da dinâmica de sala.

Acordado com os desafios dos profissionais da educação presentes na literatura:

> O conhecimento sobre o funcionamento autístico é o primeiro passo para que o professor contribua com o desenvolvimento de seus alunos. Mesmo não sendo especialista em Educação Especial e Inclusiva ou em TEA, o professor pode fazer muito pelas crianças desde que tenha conhecimento sobre o assunto e seja provido de amor, paciência e dedicação. (FERNANDES; SILVA, 2016, p. 11).

Assim, pensar na inclusão requer pensar sobre a formação continuada dos profissionais em educação na medida que estes devem acompanhar as demandas sociais e as atualizações quanto às características dos públicos cuja finalidade da escola é idealizada. A fim de assegurar os direitos consolidados legalmente sobre a lutas dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência, o preparo para a inclusão nas redes regulares possui referência na postura profissional dos educadores.

## CONSIDERAÇÕES

Este estudo buscou realizar um recorte acerca do objetivo de garantia da formação continuada dos profissionais em educação como consta no Plano Nacional de Políticas para a Inclusão, de modo a apresentar como a ausência desse fator acrescenta entraves a perspectiva da inclusão de alunos com TEA. Apresenta-se o cenário de desinformação e produção de práticas educativas errôneas diante da importância da escola para o desenvolvimento da interação social e global do sujeito Autista, ressaltando-se que, as manifestações dos sintomas autísticos variam, mas a importância da interação com pares se mostra na literatura como um importante mecanismo para o desenvolvimento. Daí o papel do educador na promoção da relação professor-aluno na sala de aula.

Afinal, se o desenvolvimento dos direitos da pessoa com TEA avançam significativamente, a realização e fomento a metodologias e atitudes são preceitos indispensáveis para a concretização desses, o que, para a postura educacional em contexto, representa uma perda para a dívida histórica deixada pela segregação da pessoa com deficiência. A postura educacional, à medida que se identifica entre os autores citados e a idealização das estereotipias comuns do transtorno como “birras” do aluno com TEA, ressalta a importância da formação continuada com foco na diversidade de execuções das práticas e comportamentos.

Apesar dos precursores do debate acerca da inclusão de alunos com Autismo serem diversos, as pesquisas quantitativas sobre a presença do público e as ações de inclusão pouco se manifestam no levantamento realizado, dado que dificultou a ampliação do debate sobre os processos que contribuam para essa inclusão. Entretanto, a literatura deixa evidente a importância da escola para o desenvolvimento global desde a infância para o público.

De fato, o caráter incipiente na produção de ações efetivas para a inclusão de sujeitos com TEA nas escolas, além da ausente produção a respeito do acesso à formação superior ou mesmo do mercado de trabalho no cenário brasileiro, demonstram a urgência da produção de práticas alinhadas aos preceitos das políticas para a inclusão.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual Diagnóstico e estatístico dos Transtornos Mentais - **DSM - 5** [recurso eletrônico]. 5. ed. Porto Alegre: Artemed, 2014. Disponível

em: http://neuroconecta.com.br/wpcontent/uploads/2019/01/DSM-5-portugues.-pdf.pdf. Acesso em: 4 jul. 2022.

BARBOSA, Amanda Magalhães *et al*. *In*: Congresso Nacional de Educação: **EDUCERE**, XI, 2013, PUC - Paraná. O papel do professor frente à inclusão de crianças com Autismo. p. 19776- 19792, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de setembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 191, p. 2-6, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Elaborado segundo a Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF, 2007.

CAMARGO, Síglia Pimentel. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para a formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. v. 36, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698214220. Acesso em: 14 jun. 2022

CAMARGO, Síglia Pimentel; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e Autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais. Vol. 21, n. 1, p. 10 65-74, Jan/abril, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100008. Acesso em: 14 de junho de 2022.

FERNANDES, Adriano Hidalgo; SILVA, Rosane Gumiero. Formação do professor para a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino. **Cadernos PDE**, Paraná, v. 1, p. 1-17, 2016. Disponível em:http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016 /2016_artigo_edespecial_uem_adrianohidalgofernandes.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022

FRANCO, Carine Ramos; RODRIGUES, Olga Maria. Conhecimentos dos profissionais de educação infantil sobre o Transtorno do Espectro Autista. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 29, n. 61, p. 494-512, maio/ago. 2019. Disponível em:https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13339#:~:t ext=Resumo,casos%20deste%20transtorno%20na%20popula%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 17 jun. 2022.

GIL, Antonio Carlos. Delineamento de Pesquisa. *In*: **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Cap. 6, p. 49- 59. São Paulo: Atlas, 2008.